

**IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NO SETOR
REGULADO E NÃO REGULADO¹**

***IMPACT OF THE IMPLEMENTATION OF INTERNATIONAL ACCOUNTING
STANDARDS IN BRAZIL: EMPIRICAL EVIDENCE IN THE INDUSTRY REGULATED
AND UNREGULATED***

***EFFECTOS DE LA APLICACIÓN DE LAS NORMAS INTERNACIONALES DE
CONTABILIDAD EN BRASIL: LA EVIDENCIA EMPÍRICA DE INDUSTRIA
REGULADA Y NO REGULADO***

Adolfo Henrique Coutinho e Silva, Doutor em Ciências Contábeis (FEA-USP) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ). Endereço Profissional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha, Rio de Janeiro RJ – Brasil, CEP 22290-240, Telefone: (21) 3873-5110, E-mail: adolfohcoutinho@uol.com.br.

Luís da Costa Laurencel, Doutor em Engenharia e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço Profissional Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro RJ – Brasil, CEP 20550-013. Telefone: (21) 2334-0294. E-mail: llorenz.ng@terra.com.br.

Maurício Almeida dos Santos Junior, graduado em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço Profissional: Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro- RJ – Brasil, CEP 20550-013. Telefone: (21) 2334-0294. E-mail: mjunior@acct.com.br.

Thiago de Abreu Costa, Mestre em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço Profissional: Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP 20550-013. Telefone: (21) 2334-0294. E-mail: thiago.abreu.adm@gmail.com.

Sidmar Roberto Vieira de Almeida, Mestre em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço Profissional: Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP 20550-013. Telefone: (21) 2334-0294. E-mail: sid.adm@ig.com.br.

¹ Artigo submetido em 27/01/2014, revisado em 11/02/2014, aceito em 18/02/2014 e divulgado em 01/05/2014 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurados nos anos de 2007, 2008 e 2009 sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) nas empresas de capital aberto do setor de telecomunicações e do setor químico, durante o período de convergência para as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes durante o período de convergência. A amostra foi composta por 24 empresas de capital aberto listadas na Bovespa, sendo 12 do setor de telecomunicações (setor regulado) e 12 do setor químico (setor não regulado). Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa predominantemente quantitativa, utilizando teste de diferença de médias (T de Student e Wilcoxon) e teste de proporção. Os resultados, na segunda fase de transição, apontam para a existência de diferenças significativas entre o patrimônio líquido apurado nos anos de 2008 e 2009 no setor não regulado e no lucro líquido e ROE no exercício de 2009 no setor regulado. O setor não regulado apresentou maiores ajustes quando comparado com o setor regulado. Os principais pronunciamentos contábeis responsáveis por esses ajustes foram o CPC 15 (Combinação de Negócios), CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), CPC 27 (Ativo Imobilizado), CPC 32 (Tributos sobre o Lucro) e o CPC 04 (Ativo intangível).

Palavras-Chave: Contabilidade Societária; Normas Internacionais de Contabilidade; Harmonização Contábil; Mudança obrigatória de prática contábil.

ABSTRACT

The aim of this article was to verify if are significant differences between the value of the stockholders' equity, net profit and return on equity (ROE) established in 2007, 2008 and 2009 under different accounting standards (IFRS and BRGAAP) of publicly traded companies in the telecommunications industry and the chemical industry, during the period of convergence to international accounting standards. In addition, searched to identify which changes in accounting practices were more significant and frequent during the period of convergence. This sample was composed of 24 publicly traded companies listed on Bovespa, that 12 of the telecommunications industry (regulated sector) and 12 chemical industry (unregulated sector). With regard to the methodology, it is a qualitative and quantitative research, using average difference test (Student's T and Wilcoxon) and proportion test. The survey pointed out significant differences between the stockholders found in the years 2008 and 2009 in the unregulated sector and in net profit and ROE in fiscal year 2009 for the regulated sector. The unregulated sector covered presented the biggest adjustments when compared with the industry regulated. The principal accounting pronouncements are responsible for these adjustments were CPC 15 (Business Combination), CPC 25 (provisions, contingent liabilities and Contingent Assets), 27 (Property, Plant, And Equipment) CPC, CPC 32 (Taxes on profits) and the CPC 04 (intangible assets).

Keywords: Corporate Accounting; International Accounting Standards; Accounting Harmonization.

RESUMEN

El propósito de este artículo es determinar si existen diferencias significativas entre el valor de la equidad, la utilidad neta y rentabilidad sobre recursos propios (ROE) calculado para los
GeCont, v. 1, n. 1, Floriano-PI, Jan-Jun. 2013.

años 2007, 2008 y 2009 bajo diferentes normas de contabilidad (IFRS y BR GAAP) de las empresas celebrada en la industria de las telecomunicaciones y la industria química, en la convergencia con las normas internacionales de contabilidad. Además, hemos tratado de identificar los cambios en las prácticas contables fueron más significativos y frecuentes durante el periodo de convergencia. La muestra se compone de 24 empresas públicas que cotizan en Bovespa, con 12 del sector de las telecomunicaciones (industria regulada) y 12 de la industria química (sector no regulado). En cuanto a la metodología, se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa, utilizando la diferencia de medias (*t* de Student y Wilcoxon) y el test de proporción. El estudio mostró diferencias estadísticamente significativas entre los fondos propios, en los años 2008 y 2009 la industria no regulada y los ingresos netos en el 2009 en el sector regulado, y el sector no regulado mostró valores más altos en comparación con el sector regulado. Los principales pronunciamientos contables responsables de estos ajustes fueron CPC 15 (Combinaciones de negocios), CPC 25 (Provisiones, activos contingentes y pasivos contingentes), 27 CPC (activos fijos), CPC 32 (Impuesto a las Ganancias) y el CPC 04 (Active intangible).

Palabras clave: Contabilidad de Sociedades; las Normas Internacionales de Contabilidad; Contabilidad Armonización.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como principal objetivo o fornecimento de informações econômicas e financeiras de forma que propiciem um processo de tomada de decisão racional aos seus diversos usuários. Todavia, a interpretação e compreensão das informações financeiras a nível internacional é dificultada pela diversidade de princípios contábeis existentes em cada país.

Até 2010, mais de 100 países já adotaram as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*). No ano de 2007, o Brasil aderiu ao movimento de convergência com a promulgação da Lei nº 11.638/07, que possibilitou que o órgão regulador do mercado de capitais (Comissão de Valores Mobiliários – CVM) emitisse novas normas contábeis alinhadas ao padrão contábil internacional (IFRS).

Nos últimos anos surgiram inúmeros estudos sobre o impacto do processo de convergência na transparência, comparabilidade e relevância das demonstrações contábeis de empresas na Europa e na Ásia. No Brasil, em virtude do processo de convergência ser recente, os estudos sobre o tema ainda são incipientes. Dessa forma, abre-se a oportunidade para se investigar o impacto da mudança do padrão contábil nos números contábeis reportados pelas empresas brasileiras.

Nesse contexto, o presente estudo teve o objetivo de verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurados nos anos de 2007, 2008 e 2009 sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto do setor de telecomunicações e do setor químico, durante o período de convergência para as normas internacionais de contabilidade. Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes durante o período de convergência.

O presente estudo é relevante na medida em que se propõem a analisar os impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade em setores específicos, propiciando uma

visão mais aprofundada sobre quais alterações contábeis foram mais impactantes nos setores em questão.

Além disso, estudos comparativos entre setores acerca do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, apesar de ainda pouco explorados pela literatura, mostram-se relevantes em virtude da forma peculiar com que as diferentes normas afetam cada setor.

O restante do artigo está organizado da seguinte forma: a segunda seção analisa os resultados observados em estudos anteriores sobre o impacto da implementação das normas internacionais em outros países, bem como descreve o processo de convergência ocorrido no Brasil; a terceira seção detalha a seleção da amostra, coleta e análise dos dados; na quarta seção são apresentados os resultados da análise quantitativa e qualitativa do impacto das normas internacionais e na quinta seção são apresentadas as considerações finais do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

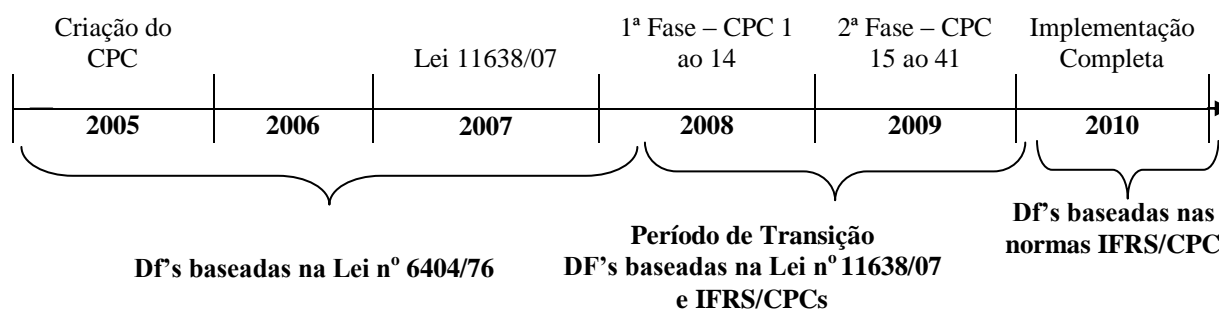
2.1 Histórico Do IFRS No Brasil

No Brasil, o processo de convergência iniciou-se através da promulgação da Lei nº 11.638/07 e foi dividido em duas fases. Na primeira fase, em 2008, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu 14 pronunciamentos que disciplinavam o tratamento contábil das mudanças produzidas pela nova lei. Os pronunciamentos emitidos eram de aplicação obrigatória para as demonstrações contábeis elaboradas para o exercício findo em dezembro de 2008. A nova lei permitiu que as empresas não divulgassem as informações comparativas ao exercício de 2007.

Na segunda fase, em 2009, foram emitidas mais 26 normas que entraram em vigor em 31 de dezembro de 2010, sendo aplicados retroativamente a todos os períodos comparativos apresentados, optando pela transição em 01.01.09, data em que foram preparados os balanços patrimoniais de abertura de acordo com as novas práticas contábeis. Os ajustes foram divulgados em notas explicativas em um quadro de conciliação dos efeitos no patrimônio líquido para os anos de 2008 e 2009, e do lucro líquido de 2009.

A Figura 1 ilustra o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil:

Figura 1 – Representação do processo de implementação do IFRS no Brasil



Fonte: Almeida *et al.* (2011; p.139).

Vale destacar que, na União Europeia e na China, por exemplo, o processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade ocorreu de forma diferente em relação ao Brasil. Na Europa, a convergência foi realizada em apenas uma etapa, sendo exigido que as empresas europeias de capital aberto publicassem suas primeiras Demonstrações Financeiras de 2005 de acordo com as normas internacionais de contabilidade, no início de 2006 (JEANJEAN; STOLOWY, 2008). As Demonstrações Financeiras do ano de 2004 foram reprocessadas em IFRS para efeito de divulgação comparativa das demonstrações de 2005 (JEANJEAN; STOLOWY, 2008). Na China, o processo de convergência ocorreu de maneira gradual e lenta devido a grande participação do estado na economia. Atualmente, as normas contábeis estão em processo de revisão para ficarem consistentes com as normas internacionais de contabilidade (DING; SU, 2008).

2.2 Estudos Anteriores

A literatura divide as pesquisas anteriores sobre a ótica da adoção voluntária e compulsória das normas internacionais de contabilidade. Os estudos que envolveram a adoção voluntária podem ser classificados em três categorias: **(1)** estudos que analisam as consequências econômicas da adoção do IFRS, essencialmente em termos da liquidez de mercado e custo de capital; **(2)** estudos que examinam a qualidade dos relatórios financeiros em IFRS em relação a outro GAAP, assim como a observância efetiva dos padrões internacionais; e **(3)** estudos que examinam outros aspectos da adoção como o impacto na previsão dos analistas e a presença de investidores institucionais (DASKE *et al.*, 2009).

Já as pesquisas sobre a introdução obrigatória do IFRS podem ser classificadas em duas categorias: **(1)** estudos que examinam a reação do mercado acionário para os eventos chaves associados com o processo de mudança obrigatória para o IFRS; e **(2)** estudos recentes que analisam os efeitos da adoção obrigatória em países que passaram a exigir as normas internacionais.

A maior parte dos estudos recentes analisou os efeitos da adoção obrigatória em certos países que passaram a exigir os dispositivos internacionais, sendo este o foco do presente estudo. A Tabela 1 apresenta os efeitos econômicos em países europeus com a adoção obrigatória das normas internacionais na Europa.

Tabela 1 - Efeitos nos balanços decorrentes da transição para o IFRS na Europa

Países	Efeito no PL		Efeito no LL	
	Sinal	Magnitude	Sinal	Magnitude
Itália	Negativo	5%	Positivo	14%
Espanha	Negativo	4%	N/D	N/D
Grécia	Negativo	1%	Positivo	14%
Portugal	Negativo	3%	Positivo	15%
França	Positivo	6%	Positivo	13%
Alemanha	Positivo	3%	Positivo	1%
Inglaterra	Positivo	12%	Positivo	12%
Suécia	Positivo	5%	Positivo	10%

N/D – Não divulgado.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Athianos; Vazakides; Dritsakis, 2005; Cordazo, 2008; Cordeiro; Couto; Silva, 2007; Platikanova, 2007; Perramon; Amat, 2006.

Nota-se que, em todos os países analisados, a adoção obrigatória do IFRS gerou impacto positivo sobre o lucro líquido das empresas. Já em relação ao patrimônio líquido, as empresas da Itália, Espanha, Grécia e Portugal apresentaram ajustes negativos, enquanto que na França, Alemanha, Inglaterra e Suécia as empresas apresentaram ajustes positivos.

O Quadro 1 apresenta o resultado de alguns estudos internacionais sobre os impactos da adoção do IFRS. Através da análise do Quadro 1, nota-se que as pesquisas realizadas em diferentes países buscaram evidências sobre o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade em diferentes países, embora, cada um deles apresente focos distintos em sua análise, nos quais podemos citar: (a) impactos no lucro líquido e no patrimônio líquido das empresas, (b) comparabilidade e relevância das informações contábeis e (c) alterações no nível de gerenciamento de resultado.

No Brasil, destaca-se o estudo elaborado por Santos (2010), que analisou o impacto da adoção inicial do IFRS (referentes a 1ª fase de transição) sobre o resultados das empresas brasileiras de capital aberto. O estudo de Santos (2010) é relevante para o entendimento do processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, porém não analisa todo o processo de convergência (1ª fase e 2ª fase) e, assim, não permite uma maior compreensão dos impactos da adoção completa do IFRS nas empresas brasileiras.

Além disso, ao optar por analisar todas as empresas não financeiras de capital aberto, o estudo pode não revelar peculiaridades contábeis de setores econômicos específicos.

Quadro 1 – Pesquisas Nacionais e Internacionais sobre IFRS

Autores	Amostra	Objetivo	Resultados
CALLAO, JARNE e LAÍNEZ (2007)	26 empresas de capital aberto na Espanha.	Verificar o impacto da adoção do IFRS na comparabilidade e na relevância da informação contábil.	A comparabilidade diminuiu e não houve melhora na relevância da informação contábil.
CORDAZZO (2008)	178 empresas de capital aberto na Itália.	Verificar o impacto do IFRS sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas italianas.	Na média geral, o Lucro Líquido aumentou 14% com a adoção do IFRS. O Patrimônio Líquido, na média, foi reduzido em 5%. E o ROE aumentou em 12,5% com a implementação do IFRS.
DING e SU (2008)	China.	Discutir o processo de convergência ao IFRS na China.	Comparações entre o IFRS e a norma chinesa baseado em trabalhos anteriores. As empresas chinesas, em geral, não estão prontas para a convergência, pois o governo é o principal acionista das principais empresas e o próprio Estado quem regula o mercado. Existência de um conflito de interesse.
JEANJEAN e HERVÉ (2008)	1.146 empresas de capital aberto na Inglaterra, França e Austrália.	Investigar o impacto do IFRS na qualidade da informação contábil, dando ênfase no gerenciamento de resultado.	O gerenciamento de resultado não diminuiu na Inglaterra e na Austrália após a adoção do IFRS, sendo que na França houve um aumento no gerenciamento de resultado.
IATRIDIS e ROUVOLIS (2010)	254 empresas de capital aberto na Grécia.	Investigar o impacto da adoção do IFRS nas empresas gregas.	Os resultados divulgados com base no GAAP grego são significativamente diferentes daqueles com base no IFRS. A adoção do IFRS reduz o nível de gerenciamento de resultado. Medidas contábeis divulgadas com base no IFRS possuem maior <i>value relevance</i> .
SANTOS (2010)	318 empresas brasileiras de capital aberto do período de 2007 e 2008.	Analisar o impacto da implantação inicial (1ª fase) do IFRS no resultado das empresas brasileiras.	Dentre as normas que geraram aumentos mais expressivos no lucro das empresas destacaram-se: a exclusão dos custos de transação e prêmios na emissão de títulos da apuração do resultado.

LIMA et al. (2010)	50 empresas presentes no índice Bovespa (Ibovespa).	Investigar os determinantes do processo de convergência contábil no Brasil.	os	O estudo confirma que existe associação positiva e significativa entre o tamanho da companhia e nível de atendimento às práticas contábeis. Existe associação estatística positiva e significativa no grau exposição ao mercado internacional e o nível de atendimento as novas práticas contábeis. Existe associação estatística entre necessidade de financiamento e o nível de atendimento às normas internacionais.
ARAÚJO et al. (2010)	156 empresas com ações listadas na Bovespa.	Investigar os determinantes na reapresentação voluntária.	na	Os resultados permitem a confirmação de que a percepção dos <i>outsiders</i> influenciou positivamente na divulgação voluntária. As demais variáveis não foram consistentemente confirmadas pelos testes aplicados.

Fonte: Elaborado pelos autores

2.3 Regulação No Brasil

A regulação envolve toda a organização de uma atividade econômica por parte do Estado, no exercício do poder de polícia ou na concessão de serviço público. Há três tipos comuns de regulação: **(1)** controle à entrada e saída (barreiras); **(2)** definição tarifária e; **(3)** desverticalização. O principal objetivo da regulação é gerenciar e tornar compatíveis os princípios constitucionais econômicos nos setores regulados.

No processo de regulação, os princípios regulatórios utilizados são: redistributividade, difusão do conhecimento econômico e cooperação. Este marco regulatório precisa ser autônomo (ou seja, ter autonomia política) e confiável (corpo técnico qualificado), a fim de garantir a melhor eficiência e a credibilidade do sistema (SALGADO; MOTTA, 2005).

Em 1995, foram criadas diversas agências reguladoras no Brasil sob o regime jurídico de autarquias especiais, tendo assim, atribuições próprias. Temos como órgãos reguladores: ANP, ANEEL, ANATEL, ANTT, ANTAQ, ANVISA, ANCINE, e ANA.

As agências reguladoras de concessão de serviços públicos – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Petróleo (ANP), entre outras – têm a responsabilidade de fiscalizar as empresas de seus setores e, para isto, têm definido normas contábeis específicas, inclusive a adoção de um Plano de Contas padronizado.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), agência reguladora do mercado de capitais criada em 1976, também possui a função de disciplinar os requisitos de transparência a serem adotados pelas empresas que recorrem ao mercado de capitais para obtenção de recursos, seja através de ações ou debêntures. O Banco Central (BACEN) como agente regulador do sistema financeiro, tem entre as suas atribuições, à emissão de normas contábeis do sistema financeiro, tendo inclusive elaborado um Plano de Contas a ser seguido pelas instituições financeiras.

A lei nº 11.638/07 permitiu o surgimento de uma entidade ligada à CVM denominado Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com finalidade específica de emissão de normas contábeis. Atualmente, as agências reguladoras têm aderido a todas as normas emitidas pelo CPC, diferentemente do BACEN que ainda não recepcionou todas as normas contábeis emitidas pelo comitê.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Seleção da Amostra e Coleta de Dados

O objetivo do estudo foi verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurados nos anos de 2007, 2008 e 2009 sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto do setor de telecomunicações e do setor químico, durante o período de convergência para as normas internacionais de contabilidade. Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes durante o período de convergência.

Para alcançar os objetivos mencionados, primeiramente foi necessário escolher um setor econômico regulado e um setor econômico não regulado que possuíssem um número mínimo de empresas para a realização dos testes estatísticos. Adicionalmente, a escolha por empresas de capital aberto foi motivada pela facilidade de acesso as informações contábeis.

Com base nesses critérios, foram selecionados os setores de telecomunicações (regulado) e de química (não regulado). Dessa forma, buscou-se na base de dados Economática, empresas de capital aberto que se enquadrassem nesse requisito, e foram encontradas 14 empresas com registro na CVM, classificadas no setor de química e 14 empresas no setor de telecomunicações.

Destaca-se que a escolha dos setores deveu-se ainda aos seguintes aspectos: (a) os setores selecionados eram compostos por um número similar de empresas; bem como (b) o total de empresas a serem analisadas era compatível com o tempo disponível para realização da pesquisa. Ressalta-se que a análise dos dados incluiu uma revisão criteriosa do conteúdo de cada uma das notas explicativas arquivadas no site da CVM². As empresas do setor de química estão classificadas nos seguintes subsetores, de acordo com a base de dados Economática: indústria de artigos de limpeza (1 empresa), indústria de fertilizantes e pesticidas (4 empresas), indústria de química (7 empresas) e indústria de química básica (2 empresas). O setor de telecomunicações não possui subsetores na Economática.

Posteriormente, foi acessado o site da CVM para ter acesso as demonstrações contábeis de 2010 e 2008 das empresas. Ao consultar o site da CVM, constatou-se que 2 empresas tiveram o registro cancelado em 2010 e, com isso, não divulgaram os relatórios contábeis no ano de 2010. Além disso, 2 empresas não apresentaram os efeitos da adoção do IFRS nas suas notas explicativas referentes ao ano de 2010, e 15 empresas também não o fizeram em suas notas explicativas referentes ao ano de 2008. Com isso, a amostra final foi de 24 empresas no ano de 2010 e 13 empresas no ano de 2008, conforme demonstrado na Tabela 2, a seguir:

² O presente estudo é parte de um projeto de pesquisa de maior abrangência. Dentro do referido projeto, os pesquisadores foram segregados em grupos, onde cada grupo analisou um setor de atividade diferente. Após uma análise preliminar constatou-se que apenas dois setores regulados apresentavam um número suficiente de empresas para análise (Telecomunicações e Energia Elétrica). Optou-se pelo setor de telecomunicações em função do número de empresas ser compatível com o número de empresas do setor não regulado selecionado. Notadamente, o nível de regulação é significativamente diferente entre os setores de telecomunicações e energia elétrica, razão pela qual não é possível generalizar os resultados do presente estudo para outros setores regulados. *GeCont*, v. 1, n. 1, Floriano-PI, Jan-Jun. 2013.

Tabela 2 – Composição da Amostra

Demonstrações Financeiras em:	2010	2008
- Empresas do setor regulado	14	14
- Empresas do setor não regulado	14	14
Quantidade de empresas total com registro na CVM	28	28
(-) Empresas que tiveram o registro na CVM cancelado até 2010	(2)	-
(-) Empresas que não divulgaram a conciliação de saldos prevista pelo CPC	(2)	(15)
Quantidade de empresas na amostra	24	13
- Empresas do setor regulado	12	6
- Empresas do setor não regulado	12	7

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados coletados para o estudo estavam disponíveis em tabelas de conciliação disponíveis nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras de 2008 e 2010. Essas tabelas continham o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado elaborados sob padrões contábeis distintos (BRGAAP e IFRS), além de destacar quais CPC's contribuíram para as diferenças existentes.

Vale destacar que, toda a coleta e tabulação dos dados foi realizada manualmente devido a ausência de base de dados que possuíssem as informações necessárias para a realização da pesquisa. Tal procedimento é relevante, pois representa dados criteriosos que receberam atenção no momento de sua extração, evitando inconsistências. Adicionalmente, uma análise crítica dos dados foi feita para evitar qualquer distorção nos dados coletados.

As informações coletadas foram codificadas, tabuladas e analisadas com apoio dos softwares Microsoft Excel e SPSS 17 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

3.2 Análise Dos Dados

Inicialmente, foram realizados os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk para verificação da normalidade das variáveis testadas na pesquisa.

Os testes aplicados nesse estudo foram o teste T (*Student*) para dados com distribuição normal (paramétricos) e o teste Z (Wilcoxon) para dados sem distribuição normal (não paramétricos). A aplicação desses testes tem como objetivo verificar se existem diferenças significativas entre os valores contábeis (Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e Retorno sobre o Patrimônio Líquido) divulgados sob o padrão contábil anterior (BRGAAP) e sob o novo padrão contábil (CPC/IFRS). Esses testes também foram utilizados em estudos similares (CALLAO; JARNE; LAÍNEZ, 2007; CORDAZZO, 2008; SANTOS, 2010).

Para se eliminar o efeito do porte das empresas, foi adotado o conceito financeiro de retorno sobre investimento (ROE), também conhecido como taxa de retorno. O ROE adotado consistiu na divisão do lucro líquido pelo total do patrimônio líquido do mesmo exercício.

As seguintes hipóteses foram testadas utilizando o teste de diferença de médias:

H_{a0} – Não existem diferenças significativas entre o Lucro Líquido (ou Patrimônio Líquido ou ROE) contábil apurado sob o padrão contábil BRGAAP_{ano i} e sob o padrão contábil CPC/IFRS_{ano i}.

H_{a1} – Existem diferenças significativas entre o Lucro Líquido (ou Patrimônio Líquido ou ROE) contábil apurado sob o padrão contábil BRGAAP_{ano i} e sob o padrão contábil CPC/IFRS_{ano i}.

Os pares de medidas contábeis testadas foram:

(A) Considerando as Demonstrações Financeiras do exercício de 2008:

$PL_{2007BRGAAP} \rightarrow PL_{2007CPC/IFRS}$
 $LL_{2007BRGAAP} \rightarrow LL_{2007CPC/IFRS}$
 $ROE_{2007BRGAAP} \rightarrow ROE_{2007CPC/IFRS}$
 $PL_{2008BRGAAP} \rightarrow PL_{2008CPC/IFRS}$
 $LL_{2008BRGAAP} \rightarrow LL_{2008CPC/IFRS}$
 $ROE_{2008BRGAAP} \rightarrow ROE_{2008CPC/IFRS}$

(B) Considerando as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010:

$PL_{2008BRGAAP} \rightarrow PL_{2008CPC/IFRS}$
 $PL_{2009BRGAAP} \rightarrow PL_{2009CPC/IFRS}$
 $LL_{2009BRGAAP} \rightarrow LL_{2009CPC/IFRS}$
 $ROE_{2009BRGAAP} \rightarrow ROE_{2009CPC/IFRS}$

(C) Considerando todo o processo de transição:

$PL_{2008BRGAAP} \rightarrow PL_{2008CPC/IFRS}$
 $LL_{2008BRGAAP} \rightarrow LL_{2008CPC/IFRS}$
 $ROE_{2008BRGAAP} \rightarrow ROE_{2008CPC/IFRS}$

O patrimônio líquido do ano de 2008 foi testado três vezes. No primeiro caso (a), engloba todas as demonstrações contábeis sob efeitos dos pronunciamentos emitidos e aplicados na primeira fase de transição (CPC 1 ao 14), buscando mensurar isoladamente a relevância dos impactos na primeira fase de adoção. No segundo caso (b), as Demonstrações Financeiras já foram impactadas por todos os CPS's, o chamado "Full-IFRS". No terceiro teste, que considera todo o processo de transição, para cada métrica analisada foram somados os valores das respectivas métricas divulgados no balanço de 2008 (referentes a 1ª fase) e no balanço de 2010 (referentes a 2ª fase).

Todos os testes supracitados foram realizados para o setor regulado de telecomunicações, para o setor não regulado de química e para toda a amostra. Vale destacar que, os testes referentes a 1ª fase de transição só puderam ser realizados utilizando toda a amostra, não sendo possível realizá-los no setor regulado e no setor não regulado devido ao pequeno número de observações obtidas em cada um dos setores.

Adicionalmente, foram realizados testes de proporções. A aplicação desse teste teve como objetivo verificar se existem diferenças de proporções de ajustes negativos e positivos nos setores analisados (química e telecomunicações). A análise foi realizada através de tabelas de contingência, onde os grupos são o setor regulado e o setor não regulado e as categorias são os ajustes positivos e negativos.

As seguintes hipóteses foram testadas utilizando o teste de proporções:

H_{b0} – Não existem diferenças na proporção dos ajustes (positivos e negativos) entre o setor regulado e não regulado;

H_{b1} – Existem diferenças na proporção dos ajustes (positivos e negativos) entre o setor regulado e não regulado.

Foi utilizado o teste de proporção para os ajustes das seguintes medidas contábeis:

(A) Considerando as Demonstrações Financeiras do exercício de 2008:

- Patrimônio Líquido de 2007;
- Lucro Líquido de 2007;
- Patrimônio Líquido de 2008;
- Lucro Líquido de 2008.

(B) Considerando as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010:

- Patrimônio Líquido de 2008;
- Lucro Líquido de 2008;
- Patrimônio Líquido de 2009;
- Lucro Líquido de 2000.

(C) Considerando todo o processo de transição:

- Patrimônio Líquido de 2008;
- Lucro Líquido de 2008.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Resultados da Análise Quantitativa

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva da amostra. Observa-se que os ajustes médios da primeira fase diminuíram o valor do patrimônio líquido de 2007 e de 2008 de ambos os setores (regulado e não regulado), porém, o impacto econômico foi discreto, não ultrapassando 2,5%. Os ajustes no lucro líquido de 2007 e de 2008 foram positivos, com exceção do lucro líquido de 2008 do setor regulado, que sofreu um decréscimo de 2,5%. Deve-se destacar que, no setor regulado, o lucro líquido de 2007 apresentou um ajuste positivo de 48,2%. Ao considerar toda a amostra, nota-se a existência de ajustes negativos no patrimônio líquido de 2007 e 2008 e ajustes positivos no lucro líquido de 2007 e 2008, sendo que todos os ajustes são inferiores a 2%.

A análise da segunda fase de transição indica que o patrimônio líquido de 2008 e de 2009 sofreram ajustes positivos, sendo que o Patrimônio líquido de 2008 do setor não regulado apresentou ajuste de 33,7%, contra 3,5% do setor regulado. Já o patrimônio líquido de 2009 do setor regulado apresentou um ajuste de 28,4% contra 22,4% do setor não regulado. Em relação ao lucro de 2009, o setor regulado apresentou um ajuste positivo de 920,4%, enquanto que o setor não regulado apresentou um ajuste negativo de 49,9%. Ao se considerar toda amostra, nota-se que todas as métricas contábeis (Lucro Líquido de 2009 e Patrimônio Líquido de 2008 e 2009) apresentaram ajustes positivos, sendo todas elas economicamente relevantes.

Tabela 3: Estatística Descritiva das variáveis para o setor regulado e não regulado

Painel 1 – 1ª Fase de transição														
Total da amostra					Setor regulado					Setor não regulado				
Variável	Média	Dp	Min	Max	Variável	Média	Dp	Min	Max	Variável	Média	Dp	Min	Max
PL2007_A	5.585.679	4.654.081	88.129	13.782.348	PL2007_A	6.875.667	4.823.401	88.129	13.782.348	PL2007_A	2.575.707	2.874.435	444.008	5.844.797
PL2007_D	5.556.799	4.661.911	86.656	13.788.337	PL2007_D	6.859.222	4.823.450	86.656	13.694.219	PL2007_D	2.517.812	2.865.852	347.077	5.766.288
Efeito	-28.880				Efeito	-16.445				Efeito	-57.895			
%	-0,5				%	-0,2				%	-2,2			
PL2008_A	3.482.437	3.684.299	3.840	9.966.181	PL2008_A	4.815.312	4.325.651	3.840	9.966.181	PL2008_A	1.882.988	2.164.129	238.888	4.646.072
PL2008_D	3.472.452	3.704.644	3.840	10.045.692	PL2008_D	4.830.023	4.344.272	3.840	10.045.692	PL2008_D	1.843.367	2.153.649	196.229	4.650.076
Efeito	-9.985				Efeito	14.711				Efeito	-39.621			
%	-0,3				%	0,3				%	-2,1			
LL2007_A	1.098.842	1.176.085	-99.391	2.691.773	LL2007_A	1.098.842	1.176.084	-99.391	2.691.773	LL2007_A	299.631	338.243	-86.562	543.220
LL2007_D	1.116.712	1.225.622	-99.83	2.889.217	LL2007_D	1.116.713	1.225.622	-99.830	2.889.217	LL2007_D	443.990	332.845	-25.878	617.438
Efeito	17.870				Efeito	17.871				Efeito	144.359			
%	1,6				%	1,6				%	48,2			
LL2008_A	127.433	1.057.869	-	2.463.610	LL2008_A	533.654	955.787	-32.584	2.463.610	LL2008_A	-220.755	1.081.871	-	760.083
			2.566.272										2.566.272	
LL2008_D	129.585	1.037.082	-	2.419.971	LL2008_D	520.331	941.895	-31.784	2.419.971	LL2008_D	-205.339	1.062.178	-	772.659
			2.506.923										2.506.923	
Efeito	2.152				Efeito	-13.323				Efeito	15.416			
%	1,7				%	-2,5				%	6,9			

Painel 2 – 2ª Fase de transição														
Total da Amostra					Setor regulado					Setor não regulado				
Variável	Média	Dp	Min	Max	Variável	Média	Dp	Min	Max	Variável	Média	Dp	Min	Max
PL2008_A	3.362.526	3.924.535	-486.693	10.045.692	PL2008_A	6.144.352	4.135.585	3.840	10.045.692	PL2008_A	1.044.338	1.585.168	-486.693	4.650.076
PL2008_D	3.653.117	4.022.288	-409.419	10.962.921	PL2008_D	6.361.884	4.316.435	3.840	10.962.921	PL2008_D	1.395.812	1.847.629	-409.419	4.692.006
Efeito	290.591				Efeito	217.532				Efeito	351.474			
%	8,6				%	3,5				%	33,7			
PL2009_A	4.040.040	4.210.334	-210.459	11.094.901	PL2009_A	6.953.891	3.936.102	-9.520	11.094.901	PL2009_A	1.126.190	1.745.760	-210.459	4.845.164
PL2009_D	5.152.092	5.962.233	-139.443	20.110.518	PL2009_D	8.925.469	6.297.304	-9.520	20.110.518	PL2009_D	1.378.715	1.899.084	-139.443	4.978.644
Efeito	1.112.052				Efeito	1.971.578				Efeito	252.525			
%	27,5				%	28,4				%	22,4			
LL2009_A	91.416	685.409	-	2.172.973	LL2009_A	138.305	1.005.403	-	2.172.973	LL2009_A	81.519	386.829	-760.927	767.792
			1.140.689					1.140.689						
LL2009_D	621.016	1.403.370	-	5.092.738	LL2009_D	1.411.306	1.884.138	-	5.092.738	LL2009_D	40.864	316.871	-655.525	440.741
			1.019.311					1.019.311						
Efeito	529.600				Efeito	1.273.001				Efeito	-40.655			
%	579,3				%	920,4				%	-49,9			

Painel 3 – Período Completo														
Total da Amostra					Setor regulado					Setor não regulado				
Variável	Média	Dp	Min	Max	Variável	Média	Dp	Min	Max	Variável	Média	Dp	Min	Max
PL2008_A	3.367.353	3.916.270	-486.693	9.984.248	PL2008_A	6.135.704	4.127.727	3.840	9.984.248	PL2008_A	358.419	1.602.133	-486.693	4.646.072
PL2008_D	3.653.117	4.022.288	-409.419	10.962.921	PL2008_D	6.361.884	4.316.435	3.840	10.962.921	PL2008_D	482.181	1.847.629	-409.419	4.692.006
Efeito %	285.764 8,5				Efeito %	226.180 3,7				Efeito %	123.762 34,5			
LL2008_A	295.452	1.074.903	-	2.463.610	LL2008_A	890.952	983.694	-32.584	2.463.610	LL2008_A	1.839	942.887	-2.566.272	760.083
LL2008_D	313.847	1.044.331	-	2.419.971	LL2008_D	864.080	931.817	-31.784	2.419.971	LL2008_D	6.779	960.603	-2.506.923	2.419.971
Efeito %	18.395 6,2				Efeito %	-26.872 -3,0				Efeito %	4.940 268			

Nota: Valores financeiros em milhares de reais.

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao se analisar de forma comparativa os ajustes da 1ª fase com os da 2ª fase, percebe-se que, na 1ª fase, os ajustes no patrimônio líquido foram negativos, enquanto que, na 2ª fase foram positivos. Em relação aos ajustes no lucro líquido, em ambas as fases, os ajustes foram positivos. Destaca-se ainda o fato de que os ajustes da 2ª fase foram economicamente maiores que os apurados na 1ª fase.

Considerando todo o processo de transição, o Patrimônio Líquido de 2008 de ambos os setores apresentou ajuste positivo, porém, o ajuste do setor regulado foi maior que o do setor não regulado (34,5% e 3,7% respectivamente). Já o lucro líquido de 2008 do setor regulado apresentou ajuste negativo de 3%, enquanto que no setor não regulado o ajuste foi positivo de 268,6%. Considerando toda a amostra, o processo completo de transição aumentou os valores do patrimônio líquido e do lucro líquido do ano de 2008.

4.2. Análise Utilizando Estatística Univariada e o Teste de Diferença de Média

A Tabela 4 apresenta o resultado do teste de diferença de médias:

Tabela 4: Teste da diferença de médias para o Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Painel 1 – Total da Amostra												
1ª. fase de transição				2ª. fase de transição				Período Completo				
VAR	Estatística	n	Sig.	VAR	Estatística	n	Sig.	VAR	Estatística	n	Sig.	
PL07	-1,478 ^b	10	0,139	PL08	-2,912 ^b	20	0,004 [*]	PL08	-2,971 ^b	21	0,003 [*]	
LL07	-1,007 ^b	9	0,314	LL08	-	-	-	LL08	-0,283 ^b	16	0,777	
ROE2007	-1,147 ^a	9	0,284	ROE08	-	-	-	ROE08	-0,109 ^b	16	0,913	
PL08	-0,178 ^b	9	0,859	PL09	-2,419 ^b	22	0,016 ^{**}					
LL08	-0,524 ^b	13	0,600	LL09	-1,581 ^b	21	0,114					
ROE08	-0,459 ^b	9	0,646	ROE09	-0,434 ^b	21	0,664					

Painel 2 – Setor Regulado												
1ª. fase de transição				2ª. fase de transição				Período Completo				
VAR	Estatística	n	Sig.	VAR	Estatística	n	Sig.	VAR	Estatística	n	Sig.	
PL07	-	-	-	PL08	-1,260 ^b	8	0,208	PL08	0,139 ^b	9	0,003 [*]	
LL07	-	-	-	LL08	-	-	-	LL08	0,260 ^b	7	0,777	
ROE2007	-	-	-	ROE08	-	-	-	ROE08	0,314 ^b	7	0,913	
PL08	-	-	-	PL09	-1,376 ^b	10	0,208					
LL08	-	-	-	LL09	-2,701 ^b	12	0,007 [*]					
ROE08	-	-	-	ROE09	-1,988 ^b	10	0,047 ^{**}					

Painel 3 – Setor Não Regulado												
1ª. fase de transição				2ª. fase de transição				Período Completo				
VAR	Estatística	n	Sig.	VAR	Estatística	n	Sig.	VAR	Estatística	n	Sig.	
PL07	-	-	-	PL08	-2,903 ^b	12	0,004 [*]	PL08	-2,946 ^b	12	0,006 [*]	
LL07	-	-	-	LL08	-	-	-	LL08	-1,836 ^b	9	0,066	
ROE2007	-	-	-	ROE08	-	-	-	ROE08	-0,415 ^b	9	0,678	
PL08	-	-	-	PL09	-2,510 ^b	12	0,012 ^{**}					
LL08	-	-	-	LL09	-1,423 ^b	11	0,155					
ROE08	-	-	-	ROE09	-1,423 ^b	11	0,155					

Nota: ^a Variáveis normais: aplicou-se t student ^b Variáveis não normais: aplicou-se Wilcoxon

*Significante a 1% **Significante a 5%. O teste foi realizado apenas para variáveis com, no mínimo, sete observações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à 1ª fase de transição, o teste estatístico apontou que, para todas as variáveis analisadas, não se deve rejeitar H_0 ao nível de significância de 10%, ou seja, não há diferença significativa nas métricas contábeis analisadas apuradas sob padrões contábeis distintos.

Na 2ª fase de transição, considerando toda a amostra, o teste estatístico apontou que deve-se rejeitar H_0 em relação ao patrimônio líquido de 2008 (com 1% de nível de significância) e patrimônio líquido de 2009 (com 5% de nível de significância), isto é, existem diferenças relevantes no patrimônio líquido de 2008 e 2009 apurado com base nas demonstrações financeiras do exercício de 2010 (2ª. fase do processo de transição).

Ainda considerando a 2ª fase, para o setor regulado, o teste estatístico apontou que deve-se rejeitar H_0 em relação ao retorno do patrimônio líquido (ROE) de 2009 (com 5% de nível de significância) e o lucro líquido de 2009 (com 1% de nível de significância). As outras variáveis não foram estatisticamente significantes. Já no setor não regulado, deve-se rejeitar a hipótese nula para o patrimônio líquido de 2008 e 2009 (com 5% e 1% de nível de significância, respectivamente), sendo que o teste apontou que se deve aceitar a hipótese nula para as outras variáveis.

Considerando todo o processo de transição, o teste de diferença de médias possibilitou rejeitar H_0 (com 1% de nível de significância) em relação ao patrimônio líquido de 2008, ou seja, há diferenças significativas no valor dessa medida contábil apurada sob padrões contábeis distintos. Esse resultado é válido para o setor regulado, para o setor não regulado e para o total da amostra. Já em relação ao lucro líquido e ao ROE de 2008, o teste estatístico apontou que não há diferenças significativas nessas variáveis apuradas sob padrões contábeis distintos.

Além disso, constata-se que, apesar do setor não regulado (química) apresentar maiores ajustes quando comparado com o setor regulado (telecomunicações), em ambos os casos os ajustes contribuíram para que o patrimônio líquido de 2008 (considerando tanto a primeira fase como a segunda fase) de ambos os setores apresentaram diferenças estatísticas significativas quando apuradas sob padrões contábeis distintos.

4.3 Análise Utilizando Estatística Univariada Utilizando o Teste de Proporções

A Tabela 5 apresenta o resultado do teste de proporções baseado na natureza do ajuste no processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade:

Tabela 5: Teste de proporções para os efeitos dos ajustes do processo de conversão

1ª. fase de transição					2ª. fase de transição					Período Completo				
VAR	Ajustes	R	N-R	Total	VAR	Ajustes	R	N-R	Total	VAR	Ajustes	R	N-R	Total
PL07	Negativo	5	2	7	PL08	Negativo	2	1	3	PL08	Negativo	2	1	3
	Positivo	2	1	3		Positivo	6	11	17		Positivo	7	11	18
	Total	7	3	10		Total	8	12	20		Total	9	12	21
	χ^2	Significância				χ^2	Significância				χ^2	Significância		
	0,00^a	1,00^a				0,147^a	0,701^a				0,029^a	0,865^a		
LL07	Negativo	0	4	4	LL08	Negativo	-	2	2	LL08	Negativo	3	2	5
	Positivo	3	2	5		Positivo	-	-	-		Positivo	4	7	11
	Total	3	6	9		Total	-	2	2		Total	7	9	16
	χ^2	Significância				χ^2	Significância				χ^2	Significância		
	1,406^a	0,167^b				Não Aplicável			0,473^a		0,492^a			
PL08	Negativo	0	4	4	PL09	Negativo	3	2	5	PL09	Negativo	3	2	5
	Positivo	4	1	5		Positivo	7	10	17		Positivo	7	10	17
	Total	4	5	9		Total	10	12	22		Total	10	12	22
	χ^2	Significância				χ^2	Significância				χ^2	Significância		
	2,976^a	0,048^{b**}				0,054^a	0,816^a				0,054^a	0,816^a		
LL08	Negativo	3	1	4	LL09	Negativo	1	8	9	LL09	Negativo	1	8	9
	Positivo	3	6	9		Positivo	9	3	12		Positivo	9	3	12
	Total	6	7	13		Total	10	11	21		Total	10	11	21
	χ^2	Significância				χ^2	Significância				χ^2	Significância		
	0,621^a	0,431^a				6,049^a	0,014^{a**}				6,049^a	0,014^{a**}		

Nota: *Significante a 1% **Significante a 5%. R – Setor regulado (química). N-R – Setor não Regulado (telecomunicações) ^a Aplicado a correção de continuidade de Yates (quando um dos grupos possui menos de 5 observações) ^b Aplicado o Teste exato de Fisher (quando um dos grupos é igual a zero).

Fonte: Elaborada pelos autores

O teste de proporções demonstra que, em relação ao patrimônio líquido de 2008 referentes a 1ª fase e o lucro líquido de 2009 referentes a 2ª fase, deve-se rejeitar H_0 , ou seja, existem diferenças na proporção dos ajustes (positivos e negativos) entre o setor regulado e não regulado. Observando a tabela de contingência dessas variáveis, é possível notar que o setor regulado apresentou uma grande proporção de ajustes positivos, enquanto que o setor não regulado apresentou uma grande proporção de ajustes negativos.

Em relação às outras medidas contábeis, o teste estatístico não possibilitou encontrar evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, o que indica que não há diferenças na proporção dos ajustes (positivos e negativos) entre o setor regulado e não regulado. Nesses casos, os ajustes no setor regulado e no setor não regulado apresentaram comportamentos similares.

4.4 Análise Qualitativa

A Tabela 6 apresenta o detalhamento dos efeitos por norma emitida no processo de convergência das demonstrações contábeis. Os principais resultados encontrados nesta tabela estão mencionados na sequência.

O impacto geral na primeira fase de transição sobre o patrimônio líquido foi negativo. O CPC 04 (Ativo Intangível) foi o pronunciamento que mais impactou ambos os setores, decorrente da baixa do ativo diferido. Já o impacto geral no lucro líquido foi positivo, porém, o setor regulado apresentou um efeito negativo no exercício de 2008. O setor regulado foi mais impactado pelo CPC 07 (Subvenção e Assistência Governamentais) e pelo CPC 14 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação). O setor não

regulado não apresentou nenhum pronunciamento que tenha impactado a maioria das empresas da amostra, sendo o ajuste apurado nesse setor decorrente de diversos CPCs.

O impacto geral da segunda fase de transição, no patrimônio líquido, foi positivo. Os pronunciamentos que mais trouxeram efeito no patrimônio líquido no setor regulado foram os CPC 15 (Combinação de Negócios), CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e o ICPC 08 (Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos). No setor não regulado, o pronunciamento que modificou o patrimônio desse setor foi o CPC 27 (Ativo Imobilizado) e o CPC 32 (Tributos sobre o Lucro).

Somente 4 companhias divulgaram as conciliações do BRGAAP para IFRS para o lucro líquido em 2008, o que impossibilitou qualquer tipo análise mais apurada. Os pronunciamentos que mais trouxeram efeito no lucro líquido no exercício de 2009 no setor regulado foram os CPC 15 (Combinação de Negócios), CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O lucro líquido foi afetado positivamente pelo CPC 15 (Combinação de Negócios), no entanto foi impactado negativamente pelo CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

No setor não regulado, os pronunciamentos CPC 27 (Ativo Imobilizado) e o CPC 32 (Tributos sobre o Lucro) impactaram negativamente o setor.

Tabela 6 - Ajustes da implementação da nova norma contábil, detalhada por Pronunciamento emitido pelo CPC, segregado por setores regulados e não regulados.

Painel 1- Efeito sobre o Patrimônio Líquido																
Normas	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2008 (1ª. fase)								DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010 (2ª. fase)							
	PL 2007				PL 2008				PL 2008				PL 2009			
	R	N-R	T	%T	R	N-R	T	%T	R	N-R	T	%T	R	N-R	T	%T
CPC 01	-	-	-	-	-	(29.641)	(29.641)	28	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 02	-	-	-	-	1.306	-	1.306	-1	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 04	(80.670)	(134.159)	(214.829)	74	1.734	(134.160)	(132.426)	125	(801.371)	(42.387)	(843.758)	-13	(747.707)	(45.784)	(793.491)	-3
CPC 06	22.791	-	22.791	-8	21.433	2.385	23.818	-23	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 07	-	-	-	-	(289)	-	(289)	0	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 08	-	-	-	-	(6.358)	(55.384)	(61.742)	58	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 10	41.018	-	41.018	-14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 12	(67.332)	32.816	(34.516)	12	(57.693)	76.000	18.307	-17	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 13	-	-	-	-	-	-	-	-	(667.627)	(532.889)	(1.200.516)	-19	(680.102)	(69.078)	(749.180)	-3
CPC 14	(64.088)	-	(64.088)	22	174.531	744	175.275	-165	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 15	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.340.611)	121.863	(1.218.748)	-19	8.752.061	16.412	8.768.473	33
CPC 18	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.575)	998.821	828.246	13	(294.407)	108.141	(186.266)	-
CPC 19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.458)	(17.458)	0	-	(1.829)	(1.829)	-
CPC 20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.518)	-	(41.518)	-
CPC 25	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.218)	52.391	19.173	0	(28.450)	29.639	1.189	-
CPC 26	-	-	-	-	-	-	-	-	2.646.623	47.237	2.693.860	42	13.222.102	117	13.222.219	49
CPC 27	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.037)	4.002.635	3.854.598	60	(110.892)	3.978.190	3.867.208	14
CPC 30	-	-	-	-	-	-	-	-	(460.662)	-	(460.662)	-7	(339.843)	(9.927)	(349.770)	-1
CPC 32	-	-	-	-	-	-	-	-	158.339	(476.606)	(318.267)	-4	177.521	(1.049.593)	(872.072)	-3
CPC 33	-	-	-	-	-	-	-	-	3.005	(103.560)	(100.555)	-2	66.529	(92.969)	(26.440)	0
CPC 38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.296	5.296	0	-	(9.796)	(9.796)	0
ICPC 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.907.081	-	1.907.081	7
ICPC 08	-	-	-	-	-	-	-	-	2.978.532	-	2.978.532	47	-	-	-	-
ICPC 12	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.314)	(36.897)	(93.211)	-2	(106.945)	(12.317)	(119.262)	0
OUTROS	33.167	(72.341)	(39.174)	14	(42.287)	(58.049)	(100.336)	95	67.233	199.246	266.479	4	1.883.595	189.094	2.072.689	7
TOTAL	(115.114)	(173.684)	(288.798)	100	92.377	(198.105)	(105.728)	100	2.175.317	4.217.692	6.393.009	100	23.658.935	3.030.300	26.689.235	100

Painel 2 - Efeito sobre o Lucro Líquido																
Normas	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2008 (1ª. fase)								DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010 (2ª. fase)							
	LL 2007				LL 2008				LL 2008				LL 2009			
	R	N-R	T	%T	R	N-R	T	%T	R	N-R	T	%T	R	N-R	T	%T ^a
CPC 01	-	-	-	-	-	(29.641)	(29.641)	-106	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 02	-	-	-	-	-	7.145	7.145	25	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 04	31.668	24.721	56.389	23	(3.986)	(40)	(4.026)	-14	-	-	-	-	358.681	33.057	391.738	3
CPC 06	3.510	-	3.510	2	(39.247)	2.038	(37.209)	-133	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 07	493.144	49.497	542.641	222	304	-	304	1	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 08	-	-	-	-	(9.832)	46.716	36.884	132	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 10	(95.890)	-	(95.890)	-39	(21.957)	-	(21.957)	-79	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 12	154	1.756	1.910	1	(12.283)	55.884	43.601	156	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493.493	110.941	604.434	4
CPC 14	(247.018)	-	(247.018)	-102	4.670	(40.030)	(35.360)	-126	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.855.403	52.132	12.907.535	87
CPC 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.312	(971)	30.341	-
CPC 19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.629	15.629	-
CPC 20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.518)	-	(41.518)	-
CPC 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.768	(8.454)	(3.686)	-
CPC 26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.648	-	25.648	-
CPC 27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.055	(272.969)	(235.914)	-2
CPC 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	274.898	(9.927)	264.971	2
CPC 31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.595	32.595	0
CPC 32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(193.270)	(409.698)	(602.968)	-4
CPC 33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.521	8.167	55.688	-
CPC 38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.082.446)	(3.271)	(1.085.717)	-7
ICPC 08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.073	-	43.073	-
ICPC 12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.955)	-	(15.955)	-
OUTROS	(78.344)	60.684	(17.660)	-7	2.394	65.840	68.234	244	-	-	-	-	2.437.351	5.562	2.442.913	17
TOTAL	107.224	136.658	243.882	100	(79.937)	107.912	27.975	100	-	-	-	-	15.276.014	(447.207)	14.828.807	100

Nota: Valores financeiros em milhares de reais. R – Setor Regulado – N-R – Setor não regulado. A coluna T (total) apresenta a soma do ajuste no setor regulado e no setor não regulado. A coluna %T apresenta o valor de cada CPC na coluna total dividido pelo total apurado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurados nos anos de 2007, 2008 e 2009 sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto do setor de telecomunicações (setor regulado) e do setor químico (setor não regulado), durante o período de convergência para as normas internacionais de contabilidade.

Os resultados desse estudo indicam que não foram estatisticamente significativos os impactos da primeira fase de transição (Pronunciamentos CPC 1 a 14). Já em relação aos impactos da segunda fase de transição (Pronunciamentos CPC 15 a 41), foram estatisticamente significantes o efeito no patrimônio líquido de 2008 e 2009 no setor não regulado (química) e no lucro líquido e ROE de 2009 para o setor regulado (telecomunicações).

Ao se considerar o período completo de transição, foi observado que o patrimônio líquido de 2008 sofreu alterações significativas no setor regulado, no setor não regulado e no total da amostra. Além disso, o lucro líquido e o patrimônio líquido foram impactados de forma positiva pelas alterações das normas contábeis. Esses resultados são consistentes com aqueles encontrados em estudos feitos em outros países, como França, Alemanha, Inglaterra e Suíça. De uma forma geral, os resultados apontam que os ajustes do setor não regulado (química) foram maiores do que os apurados no setor regulado (telecomunicações).

Foi possível notar que os ajustes da 2ª fase foram economicamente mais significativos do que os observados da 1ª fase. Além disso, o setor regulado mostrou-se menos sensível as mudanças de práticas contábeis do que o setor não regulado.

O teste de proporções apontou que, os setores de química e de telecomunicações apresentaram diferenças de proporções nos ajustes negativos e positivos em relação ao patrimônio líquido de 2008 na 1ª fase e no Lucro líquido de 2009 na 2ª fase, sendo que, nesses casos, o setor regulado apresentou um número maior de ajustes positivos enquanto que o setor não regulado apresentou um maior número de ajustes negativos.

As principais normas que impactaram o setor regulado foram: CPC 15 (Combinação de Negócios), CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e o ICPC 08 (Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos). Já o setor não regulado foi o CPC 27 (Ativo Imobilizado) e o CPC 32 (Tributos sobre o Lucro). Ambos os setores foram impactados pela baixa do ativo diferido CPC 04 (Ativo intangível).

Em relação às limitações do estudo, destacam-se os baixos índices de divulgação praticados pelos setores analisados, bem como ao reduzido grau de *compliance* em relação às normas, principalmente, na primeira fase de transição e na segunda fase para o exercício de 2008. Além disso, os resultados observados não podem ser generalizados para outros setores regulados e não regulados, devido às características distintas de cada um dos setores. Entretanto, essas limitações foram exploradas de modo a construir conhecimento adequado sobre como realmente ocorreu o processo de transição no setor regulado (telecomunicações) e não regulado (químico).

Pretende-se, com este estudo, estender uma gama de contribuições a investidores, analistas de mercado, reguladores e outros pesquisadores; no sentido de uma melhor compreensão dos efeitos gerados, tanto no setor regulado (telecomunicações) quanto no setor não regulado (químico), pelo processo de harmonização das normas e práticas contábeis brasileiras àquelas ditadas pelo IASB.

Recomenda-se, para futuras pesquisas, a análise dos efeitos do processo de convergência em outros setores de atividade regulados (energia elétrica, por exemplo). Adicionalmente, seria interessante realizar estudos (adotando a metodologia de entrevistas) sobre os impactos organizacionais da implementação obrigatória das normas internacionais de contabilidade. Tais estudos podem ampliar nosso conhecimento sobre a peculiar experiência brasileira no processo de convergência para o padrão contábil internacional.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R. V. *et al.* Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.136-156. 2011.

ARAÚJO, Marcelo Bicalho Viturino de. *et al.* Reapresentação Voluntária de Demonstrações Contábeis de 2007 no Brasil de acordo com a Lei 11.638/07. In: Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, 34º, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ. CD-ROM.

ATHIANOS S., VAZAKIDES A., DRITSAKIS. Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: The Case of Greece. In: 4th Conference of the Hellenic Finance and Accounting Association. **Anais...** Piraeus, Greece, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em 29/10/2011.

CALLAO, Susana; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 16, p. 148-178, 2007.

CORDAZZO, Michela. **The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidence from italian listed companies**. In: *Séminaire DEMA/ERM*, 2008. Disponível em <http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela%2520Cordazzo%2520-%2520Dec07.pdf>. Acesso em 30 mai. 2011.

CORDEIRO, R., G. COUTO e F. SILVA. **Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal**. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=969972>, Portugal, 2007

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 13**. Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07. Brasília, 2010.

(______). **Pronunciamento Técnico CPC 37**. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Brasília, 2010.

(______). **Pronunciamento Técnico CPC 43**. Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Brasília, 2010.

DASKE, Holger. *et al.* **Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions**. Working Paper, University of Pennsylvania and University of Chicago, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=979650>. Acesso em 15 nov 2009.

DING, Yuan; SU, Xijia. Implementation of IFRS in a regulated market. **Journal Accounting Public Policy**, n. 27, p. 474-479, 2008.

IATRIDIS ,Georde; ROUVOLIS, Sotiris. The post-adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. **Journal of International Accounting, Audition and Taxation**. v. 19, p. 55–65, 2010.

JEANJEAN, Thomas; STOLOWY, Hervé. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earning management before and after IFRS adoption. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 6, p. 480-494, nov./dec. 2008.

LIMA, Vinícius Simmer de. *et al.* Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil. In: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis, IV, 2010, Natal. **Anais...** Natal/RN.

PERRAMON, J.; O. AMAT, IFRS **Introduction and its Effects on Listed Companies in Spain, Economics**. Working Papers, No 975, Universidade Pompeu Fabra, Departamento de Economia e Negocios, 2006.

PLATIKANOVA, P. **Market Liquidity Effects of the IFRS Introduction in Europe**. Working paper, University Pompeu Fabra, 2007

SALGADO, Lucia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa da (Ed.). **Marcos Regulatórios no Brasil: o que foi feito e o que falta fazer**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. 404 p.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos Impactos dos CPC's da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008. In: Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, 34°, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ. CD-ROM.